

MEU CORPO, MEU ESPAÇO: A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS

Carini Zambiasi Vieira  0009-0007-9949-5718

Dr. Reginaldo José de Souza  0000-0003-1178-4587

Dr. Alexandre Paulo Loro  0000-0002-4207-7642

Universidade Federal da Fronteira Sul

RESUMO: O presente estudo pretende refletir sobre a construção social da violência e as relações de poder, que normatizam e favorecem o aumento dos índices de violência sexual contra meninas. A pesquisa caracteriza-se como abordagem qualitativa, de natureza básica, de objetivo exploratório e de procedimento bibliográfico. O corpo ocupa um espaço social, físico e simbólico. A violência sexual representa a violação / transgressão destes espaços, assim deixando estigmas permanentes e sentimento de perda do controle do nosso maior bem, o corpo. Ao considerar as relações de poder construídas secularmente pelas hierarquias, conclui-se que a educação sexual pode ser uma importante aliada na prevenção da violência sexual, quando o ensino desse tema transcende a dimensão biológica, mas também aborda o corpo e os seus limites, como a violência, o consentimento e o respeito pelo outro, assim favorecendo o autoconhecimento o autocuidado e a prevenção. Conclui-se que a educação sexual nas escolas pode ser uma importante aliada na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, passando todos os níveis de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual; Educação; Corpo.

MY BODY, MY SPACE: SEX EDUCATION AS A PREVENTION OF VIOLENCE AGAINST GIRLS

ABSTRACT: This study aims to reflect on the social construction of violence and power relations, which regulate and favor the increase of sexual violence rates against girls. The research is characterized as a qualitative approach, of basic nature, exploratory objective and bibliographic procedure. The body occupies a social, physical and symbolic space. Sexual violence represents the violation / transgression of these spaces, thus leaving permanent stigmas and feeling of loss of control of our greatest asset, the body. When considering power relations built secularly by hierarchies, it is concluded that sex education can be an important ally in the prevention of sexual violence, when the teaching of this theme transcends the biological dimension, but also addresses the body and its limits, as violence, consent and respect for others, thus favoring self-knowledge self-care and prevention. It is concluded that sex education in schools can be an important ally in the prevention of sexual violence against children and adolescents, covering all levels of education.

KEYWORDS: Sexual Violence; Education; Body.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende compreender, a partir da literatura, a violência sexual sofrida por mulheres e meninas, pensando em uma construção social e histórica desta violação. Entende-se a violência como algo estabelecido em nossa sociedade e as relações de poder como construções culturais que contribuem para a sua permanência. Ao sofrer a violência sexual, a autonomia das meninas e o poder sobre o próprio corpo são retirados, o espaço do eu não é respeitado, as fronteiras da individualidade são rompidas.

Para esta reflexão serão abordados quatro pontos. O primeiro, sobre a retratação da violência sexual, vivida pelas mulheres proletárias e mulheres negras escravizadas (Hooks, 2019; Federici, 2017). A segurança das mulheres nunca esteve garantida, nas ruas, aos olhos de outras pessoas e nem em suas casas, o estupro era comum no século XIV, e não existiam punições para estes atos. As mulheres escravizadas que foram traficadas para os Estados Unidos, passaram por um sofrimento ainda maior, pois o sexismo se somava ao racismo. E o trabalho escravo que foram submetidas, era tão desumano quanto o abuso sexual que sofriam de qualquer homem, fosse ele branco ou negro. Os corpos de mulheres negras foram erotizados e objetificados e, atualmente isso ainda se reflete no número de violência sexual que sofrem.

O segundo ponto que será visto é a violência sexual contra mulheres e meninas, dando enfoque sobre a construção social da violência normalizada na sociedade e, muitas vezes, vista como uma demonstração de amor e cuidado. Essa violência pode ser cometida por homens e mulheres em todas as relações que existe uma hierarquia, uma ideia de poder, como nas relações familiares, onde pais são violentos com seus filhos e esse comportamento é visto como demonstração de afeto. É importante sinalizar que a violência física e sexual ainda é cometida, geralmente, por homens (Anuário De Segurança Pública, 2023; Campos; Silva, 2020; Costa, 2002; Hooks, 2019; OMS, 2002).

Uma importante aliada na prevenção da violência sexual contra crianças e



adolescentes é a Educação Sexual. Quando este tema é abordado e trabalhado nas escolas, de maneira interdisciplinar, abrangendo questões que vão além de fatores biológicos, leva-se em consideração os estudos de gênero, o corpo como espaço privado, consentimento, afeto e cuidado (Cassiavillani; Albrecht, 2023; ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023; Jardim; Brêtas, 2006).

O quarto ponto tem por objetivo compreender o corpo como um espaço privado, íntimo, com suas individualidades e subjetividades. Quando este corpo, geralmente feminino, sofre a violência sexual, as fronteiras entre o eu e o outro são rompidas, esse limite que separa um espaço do outro não é respeitado e o sentimento de perda do eu, surge nas vítimas (Campos; Silva, 2020; Campos; Silva; Silva, 2019; Hissa; Nogueira, 2013; Le Breton, 2010; Rodrigues, 2015).

2 APONTAMENTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES NA HISTÓRIA

Na Europa, durante o século XIV, era comum o estupro de mulheres proletárias. Andar sozinha pelas ruas não era seguro e nem mesmo a permanência em suas casas, pois, muitas vezes, estas eram invadidas durante a noite por dois homens ou mesmo um grupo deles. Os agressores não tinham medo de serem pegos, pois não eram punidos pelos seus atos, e essa prática era vista pelos homens como uma atividade esportiva, uma distração, ou mesmo um protesto por não terem dinheiro suficiente para poderem casar. As mulheres que sofriam violência sexual tinham a sua reputação acabada, uma das opções era deixar as suas cidades ou o que restava era a prostituição. Com a finalidade de terminar com os protestos dos trabalhadores, portanto os estupros, houve a criação de bordéis municipais, gerenciados pelo próprio estado (Federici, 2017).

Quanto a isso, vale lembrar o debate sobre um dos possíveis papéis da cidade na organização da vida social. Em princípio, o ideal da “polis” grega deveria atender ao objetivo de elevação política, de melhoria das relações humanas no espaço da cidade, enfim, de se estabelecer certos contratos sociais a fim de que a partilha da vida cotidiana fosse possível. Nesse sentido, percebe-se que o espaço urbano, infelizmente, não foi lócus de garantia de



segurança para as mulheres, seus corpos e suas emoções. Ainda hoje, não é. Certamente, em muitos aspectos, as cidades e a vida cidadina se transformaram em função da evolução tecnológica e das políticas que visam garantir direitos básicos. Porém, as mudanças não são democráticas, pois, as hierarquias socioeconômicas persistem na história da sociedade.

A cidade também é palco de desigualdades, recortes de classe e de gênero. As mulheres, de modo geral, ainda têm uma série de desafios a enfrentar para garantir seus direitos e sua segurança. De modo mais específico, aquelas submersas em longas jornadas de trabalho com o objetivo de assegurar sua sobrevivência e de seus filhos, as pobres e negras que vivem em áreas urbanas precárias, principalmente nos países de economia periférica, estas tiveram, historicamente, suas vidas forjadas em contextos de mais abusos e mais explorações. A “mais-valia” oriunda da exploração das mulheres periféricas sempre foi pior, muito em função da exploração sexual somada às outras formas violentas de obtenção de benefícios através delas.

Ao olhar a história das mulheres negras escravizadas, segundo Hooks (2019), o sexismo se somava de forma ainda mais expressiva em relação ao racismo nesta opressão. O processo doutrinador das mulheres que eram trazidas da África para os Estados Unidos se iniciava nos navios. Por não serem consideradas um perigo, vinham soltas, porém eram mais vulneráveis e sofriam muitos tipos de violência, pois não existia o risco de uma possível retaliação. O abuso sexual era uma forma comum de torturar mulheres escravizadas que não se “comportavam” e, por conta disto, muitas desembarcavam grávidas dos navios.

A exploração do trabalho das mulheres negras, seja nas colônias ou na realização de atividades domésticas, foi desumana e degradante e se somava à exploração sexual sofrida. Em comparação com a escravização masculina, a feminina era ainda pior, pois eram constantemente lembradas de sua vulnerabilidade, e o medo de ser violentada por homens, fossem eles brancos ou negros, era permanente. Meninas de treze a dezesseis anos saíam do cuidado de seus pais para trabalhar nas casas, e ali estavam ainda mais expostas à violência sexual, os senhores se utilizavam de seu poder para constranger,



ameaçar e realizavam constantemente investidas, deixando claro o que queriam. Caso não cedessem, eram obrigadas por meio da força física.

Os pais dessas meninas não as ensinavam sobre os seus corpos, de onde vinham os bebês e, muito menos, as alertavam sobre a possibilidade de sofrerem abuso sexual. Desta forma, ficavam ainda mais suscetíveis aos ataques. Sobre este assunto, Hooks (2019) afirma que

As narrativas das mulheres negras escravas que forneceram informação relativamente à educação sexual das raparigas sugerem que elas sabiam pouco sobre os seus corpos, de onde vinham os bebês, ou sobre relações sexuais. Poucos pais escravos avisaram as suas filhas sobre a possibilidade da violação ou ajudaram-nas a prepararem-se para tais situações. Os pais escravos tinham má vontade em preocuparem-se abertamente com a realidade da exploração sexual, em refletir a atitude geral colonial face à sexualidade (Hooks, 2019, p. 20).

Os homens brancos entendiam que as mulheres negras deveriam estar a sua disposição sempre que desejassem, pois estavam no poder. Mulheres que “aceitavam” ser exploradas sexualmente de forma pacífica eram “beneficiadas” socialmente, porém aquelas que se negavam eram punidas. Compreendiam que essa era mais uma forma de poder, submissão e uma prova de profunda lealdade ao imperialismo branco. Muitas mulheres brancas abolicionistas, tinham como incentivo a libertação das mulheres negras, não por sentirem compaixão por perceberem a violência sexual sofrida, mas por terem seu ego ferido. Elas sentiam vergonha por seus maridos, temiam que os mesmos não fossem salvos. Além disto, percebiam os atos como adultério e não como violência, conforme referenciado por Hooks (2019).

[...] Para muitas outras mulheres brancas abolicionistas a única força de motivação por detrás dos seus esforços antiescravatura foi o desejo de por um fim ao contato sexual entre os homens brancos e as mulheres negras escravizadas. Elas não estavam preocupadas com o dilema das mulheres negras escravizadas, mas em salvar as almas dos homens brancos sobre os quais elas acreditavam que pecaram contra Deus pelos seus atos de depravação moral. Muitas mulheres brancas pró-escravatura denunciaram por fim a escravatura devido ao seu insulto de barbaridade sexual dos homens brancos. Elas sentiram-se pessoalmente



envergonhadas e humilhadas por aquilo que chamaram de adultério dos homens brancos (que na realidade era violação) [...] (Hooks, 2019, p. 20).

Após séculos de perseguição, as mulheres foram forçadas a ter uma nova identidade, respeitadas, educadas, obedientes, sem voz, boas esposas e mães instintivas que cuidam bem dos filhos. Após a proibição e o extermínio de todas as práticas com plantas que eram utilizadas como método contraceptivo e de toda a sabedoria que aprenderam sobre seus corpos ao longo dos séculos, a sexualidade feminina foi proibida de ser explorada e era vista como algo pecaminoso pela igreja (Federici, 2017).

Essa imagem de pureza colocou a mulher branca em um pedestal, como uma deusa, mas se ousasse demonstrar algum desejo sexual era vista negativamente, como uma pecadora, imoral. O preço que pagava para ser digna de respeito e amor era o de abandonar a própria sexualidade, reprimindo os seus desejos e o seu corpo. Nesse sentido, forçar as mulheres brancas a negar o seu ser físico era uma expressão do ódio dos homens sobre as mulheres, que as viam como objetos sexuais. “A idealização das mulheres brancas não mudou o desdém básico que os homens brancos sentiam em relação a elas (Hooks, 2019, p. 24).

Já as mulheres negras eram postas como um risco aos homens brancos, vistas como sedutoras, provocativas, malévolas, e os homens eram vistos como coitados, pois eram seduzidos pelas mesmas. Toda a culpa recaía sobre as mulheres e seus corpos, que obrigavam os homens a se reprimir sexualmente. E com essa nova visão das mulheres brancas, a exploração sexual das mulheres negras teve um aumento ainda mais expressivo (Hooks, 2019).

3 A VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA SEXUAL E AS RELAÇÕES DE PODER

A violência contra mulheres difere de outras formas de violência, pois está atrelada “especificamente às políticas do sexismo e da supremacia masculina: o direito dos homens de dominarem as mulheres” (Hooks, 2019, p. 92). O gênero está relacionado às diferenças



temporais, espaciais, culturais e se intersecciona com fatores raciais, de classe, étnicos e regionais. Nossos corpos vivenciam regras criadas na sociedade e que mostram uma hierarquia que coloca homens e mulheres de formas diferentes no mundo, e que influenciam, ou não, a serem vítimas de violência sexual (Campos; Silva, 2020).

É notório que as mulheres sofrem muito mais tipos de violência do que os homens, porém, não ocorrem apenas com as mesmas, pessoas consideradas impotentes socialmente, como crianças, adolescentes e pessoas com deficiência também são vítimas, pois existe essa ideia de poder e de hierarquia, de quem domina e de quem é dominado (Hooks, 2019).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023, p. 156), em 2022 as crianças e adolescentes são as maiores vítimas da violência sexual: “10,4% das vítimas de estupro eram bebês e crianças com idade entre 0 e 4 anos; 17,7% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 33,2% entre 10 e 13 anos. Ou seja, 61,4% tinham no máximo 13 anos”. Aproximadamente 80% das vítimas de violência sexual eram menores de idade.

A violência sexual pode ser definida como qualquer ato, tentativa ou comentários de cunho sexual em relação a outra pessoa de maneira indesejada, ou seja, sem seu consentimento. Podendo ocorrer em qualquer ambiente como em casa, na rua, escola, trabalho, e praticado por qualquer pessoa independente da relação que a vítima tenha com o abusador (OMS, 2002).

O abuso sexual pode ser caracterizado em dois tipos, o primeiro não contém contato físico como o exibicionismo, abuso verbal, voyeurismo. E o segundo envolve o contato físico, como passar a mão pelo corpo e nas partes íntimas da vítima. O estupro é o crime mais grave da violência sexual, que envolve a penetração forçada, contato oral-genital, toques íntimos, e a introdução de objetos. Segundo a Lei 12.015/2018 se a vítima tiver menos de 14 anos, é enquadrado como estupro de vulnerável, ou que seja incapaz de consentir sobre o ato, seja por conta da sua condição (como vítimas com deficiência mental ou física), ou por não possuir discernimento para tanto (Costa, 2002; OMS, 2002).

Para combater a violência contra meninas e mulheres é importante que seja visto primeiramente o fenômeno da violência em si. Até o momento os movimentos feministas



vêm dando maior ênfase ao homem que é violento e colocando as mulheres como não violentas, sem considerar que mulheres também podem perpetuar e aceitar a violência. As mulheres cresceram em famílias e em uma sociedade patriarcal, portanto muitas vezes acreditam ser comum alguns grupos possuírem poder em relação a outros, e se utilizarem de formas de coerção ou de violência, seja física ou verbal, para dominar o outro. É possível observar isso nas relações familiares, por exemplo, quando mães e pais se utilizam de violência para dominar seus filhos (Hooks, 2019).

É interessante rememorar que, na história da cidade, muitas vezes o papel do homem é ressaltado como protagonista da produção dos espaços urbanos. Na obra “A cidade antiga”, Fustel de Coulanges (1864/2021) sempre menciona a função masculina da guerra para a apropriação de novos territórios e garantia da sobrevivência e permanência das cidades do mundo antigo. As mulheres, assim, são colocadas em segundo plano, como se suas funções não tivessem o mesmo valor de importância para a própria história da cidade e da vida social.

Assim, o silenciamento e o apagamento da figura da mulher também perpassa por um recorte espacial. Os homens seriam os agentes da dominação do espaço e as mulheres coadjuvantes. Pela atitude violenta e de combate, os homens teriam, portanto, o protagonismo na história da produção e uso dos espaços da vida social. Por outro lado, muitas vezes, a função feminina se reduziu ao âmbito doméstico como sinônimo de um processo “natural” de definição de forças. Logo, historicamente, a mulher vem sendo reduzida. Ainda nos dias atuais, muitos homens tendem a perceber as mulheres como elementos secundários, seja no espaço da casa, seja no espaço da cidade e da vida social como um todo.

Segundo Hooks (2019), os homens não pretendem mudar a maneira violenta como se comportam em relação às mulheres, ou mesmo em outras relações em que se coloquem como superiores. Não compreendem o porquê deveriam agir diferente se a sociedade vangloria e beneficia homens que são violentos. No cinema, por exemplo, o herói é sempre forte, violento e está ali para defender pessoas frágeis, quanto mais esse estereótipo se confirma, mais amor e admiração recebem. E na vida real, a violência está geralmente



associada à proteção e ao amor, o que faz com que as pessoas acreditem que se a violência terminar, não sobrarão afeto. Nos relacionamentos entre pais e filhos, é ensinado que a violência é a melhor maneira de resolver um conflito e que isso significa amar o outro, além disso, é ensinado que é necessário aceitar o que vem do outro sem explicações, sem diálogo.

A violência dos homens contra as mulheres, bem como qualquer outra forma de agressão em relacionamentos íntimos, familiares, não terá fim, se não compreendermos que nenhum ser humano precisa dominar o outro. Que o amor e a violência não devem ser associados e os conflitos podem ser resolvidos a partir da conversa e do respeito.

Freud (1927/1996) desde muito tempo lembra que a civilização existe para proteger a sociedade dos impulsos individuais. É importante lembrar que o precursor da psicanálise não está necessariamente se referindo à civilização nos moldes de um discurso preconceituoso ou que estabelece juízos de valor entre quem eventualmente é ou não “civilizado”. Para aquele autor, a civilização diz respeito a quaisquer sociedades que estabelecem regramentos para garantir a vida social sem que as pessoas se exterminem umas às outras.

Assim, a maturidade de uma pessoa só pode ser alcançada quando, em algum momento de sua vida, ela compreende que o mundo não pode funcionar de acordo com seus próprios desejos e impulsos. É preciso estabelecer limites, regramentos e acordos para que as relações humanas alcancem práticas de respeito mútuo e não violentas. Do indivíduo à sociedade deve fluir esse intento de superar o ego e suas pulsões, sobretudo de tentar suplantar a vida dos outros em favor de vontades próprias. É possível pensar nisso para debater profundamente a relação entre homens e mulheres e como estas últimas foram e, infelizmente, ainda são subalternizadas na sociedade machista.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

As principais vítimas de violência sexual são meninas, com idades entre 0 anos a 13 anos, sendo que os principais autores são familiares (64,4% dos casos) e 21,6% são



conhecidos da vítima, mas sem relação de parentesco (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Considerando estes dados, é de extrema importância, portanto, que a educação sexual seja abordada e trabalhada nas escolas, pois é por meio dela que se torna possível prevenir o abuso sexual (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

A partir dos anos 70 e 80 deu início as discussões sobre a inclusão da Educação Sexual nos currículos escolares. Essa iniciativa ocorreu a partir do aumento da gravidez na adolescência e nos riscos de contrair o HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) entre os jovens. Muitas pessoas da comunidade escolar ainda não concordam com o ensino da educação sexual nas escolas, utilizam como argumento o medo de estar incentivando o ato sexual de maneira precoce, acreditam que a educação possa levar as crianças e os jovens a terem comportamentos sexuais considerados inadequados, ou seja, que não vão ao encontro do padrão cis-heteronormativo (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

Quando as escolas tentam ensinar sobre a sexualidade, é por meio das disciplinas de Ciências, em conteúdos de reprodução humana, anatomia e fisiologia do corpo, desta forma acabam dando enfoque apenas a uma questão biológica, não refletindo sobre a sexualidade de maneira ampla, que englobe um ensino sobre os corpos e seus limites, violência, consentimento, afetividade, questões de gênero, diversidade, prazer, fatores culturais e sociais, moral e ética. Além disso, a educação precisa ser interdisciplinar e estar integrada em todas as disciplinas e em diferentes conteúdos (Cassiavillani; Albrecht, 2023; Jardim; Brêtas, 2006).

[...] entendemos aqui que a Educação Sexual escolar é a maneira pela qual a escola proporciona a alunas e alunos, de modo intencional e sistematizado, informações e reflexões acerca de uma ampla gama de tópicos necessários para a sua saúde, bem-estar e formação integral e emancipadora, de modo que possam entender melhor a si e ao outro, assim como tomar decisões sobre sua vida sexual (Cassiavillani; Albrecht, 2023, p. 03).

A educação sexual pode contribuir para a prevenção da gravidez na adolescência, informar sobre doenças sexualmente transmissíveis e o abuso sexual na infância e na adolescência. Quando o ambiente é um facilitador de aprendizagem, possibilita que o aluno



trabalhe o seu autoconhecimento e amplie a sua perspectiva sobre a própria sexualidade, podendo assim se preservar, se proteger e vivenciar a sexualidade de maneira saudável (PCN, 1997, p. 79).

As crianças e os adolescentes são ensinados sobre a sexualidade em diferentes ambientes, em casa mesmo quando os pais não falam abertamente sobre o assunto, as ensinam a partir da relação que estabelecem entre eles e nos cuidados básicos que possuem com a criança desde o seu nascimento. Outros meios como a Internet, a televisão, pessoas que convivem com a criança, também favorecem esta aprendizagem (Jardim; Brêtas, 2006).

5 CORPO E ESPAÇO

Experenciamos o mundo a partir do corpo, vibramos, sentimos, crescemos e pensamos. Nosso corpo é o território de onde escrevemos e reescrevemos o mundo, nosso corpo é instrumento vivo que age constantemente. É construído a partir dos contextos sociais e culturais em que crescemos. É a partir dele que nos relacionamos com o mundo e com os outros, de maneira física, com a nossa imagem, pele, partes do corpo, cor e sexo. E, subjetivamente, pela maneira que nos enxergamos, sentimos, pela forma que percebemos o mundo e damos significados às coisas (Hissa; Nogueira, 2013).

Na mesma perspectiva, Le Breton (2010) afirma que

[...] Existir significa em primeiro lugar mover-se em determinado espaço e tempo, transformar o meio graças à soma de gestos eficazes, escolher e atribuir significado e valor aos inúmeros estímulos do meio graças às atividades perceptivas, comunicar aos outros a palavra, assim como um repertório de gestos e mímicas, um conjunto de rituais corporais implicando a adesão dos outros. Pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural (Le Breton, 2010, p. 08).

Isto significa que o corpo é também território, marcado pela manifestação de relações



de poder, o qual pode ocorrer em diversas escalas: do Estado-Nação à cidade, ao bairro, à casa e, por fim, ao corpo (Raffestin, 1993). O corpo pode ser considerado território porque é o espaço genuíno em que cada ser humano deve, ou deveria, exercer o poder sobre si. Contudo, no mundo que vivemos, alguns atores sociais são privados do exercício de poder em diversos contextos espaciais, incluindo aí o do seu próprio corpo. Esse é o caso de mulheres e meninas que sofreram ou sofrem do abuso sexual e outras formas de violência.

Culturalmente alguns corpos, como o das mulheres, são vistos como objetos, passíveis de serem violados, provocativos, e culpados. Já outros corpos, como o dos homens, são considerados livres e com autonomia. Ao sofrer algum tipo de violência como a sexual, diferentes emoções e sentimentos são vivenciados pelas vítimas, essas emoções passam pelo corpo, mas possuem uma significação que vai para além do físico (Campos; Silva; Silva, 2019).

Em um estudo desenvolvido por Campos e Silva (2020), foram sistematizados os conteúdos de 11 entrevistas de mulheres que sofreram violência sexual em diferentes momentos de suas vidas, algumas durante a infância, outras na adolescência ou já na vida adulta. A análise destas entrevistas, traz a compreensão de que essas mulheres que foram vítimas de violência sexual, tem a percepção de que seus corpos foram violados, que seus espaços íntimos foram ultrapassados. Esta fronteira, entre o eu e o outro, não é respeitada, e existe ali um sentimento de perda do próprio controle. Relatam que o sentimento pelo próprio corpo é de repulsa, de algo que não lhes pertence mais, seus corpos foram corrompidos.

Podemos compreender a fronteira como um delimitador. Ela acontece no espaço geográfico, separando um espaço do outro. Possui uma atuação política e de poder delimitado, além de ter suas características próprias, naturais e culturais. Para compreender melhor o que divide estes espaços, é importante ter acesso às pessoas que residem naquele local, pois vivem o cotidiano, estabelecem relações afetivas, compreendem a cultura e a política daquele lugar (Rodrigues, 2015).

Assim como o corpo é um espaço privado, íntimo, existe uma fronteira definida entre o eu e o outro. Quando uma pessoa sofre violência sexual, carrega na memória a perda de



sua autonomia, um sentimento de que seu corpo lhe foi expropriado, transforma-se em um lugar de estranhamento, gerando sentimentos de vergonha, repulsa, desprezo, negação, provocando incapacidade de prazer e de reconhecer-se em si (Campos; Silva; Silva, 2019).

Nesse momento, vale retomar o debate sobre os mecanismos psíquicos de defesa após situações traumáticas. A ideia de neurose é apresentada como a manifestação de emoções contraditórias na mente de uma pessoa que, em algum momento de sua vida, passou por situações muito devastadoras, a ponto de fazer com que sua própria mente tenha dificuldade de criar representações sobre os acontecimentos e, assim, a pessoa estabeleça processos de preservação da constituição de seu eu (Nasio, 2007).

Roudinesco e Plon (1998), ao retomarem as críticas freudianas contra tratamentos elétricos em pacientes que passaram por situações extremas (guerra, tortura ou aprisionamento), muitas vezes, sob a acusação de simulação de sintomas, rememora como os traumas podem se apresentar de modo muito prejudicial na vida de quem o sofre. Nas situações extremas, a elevação de conflitos de emoções na psique têm a potencialidade de produzir comportamentos melancólicos e suicidas.

Em uma sociedade aparentemente estável, as situações extremas podem erroneamente passar despercebidas, mas, aquelas pessoas que as vivenciam, sempre sentirão o peso dos traumas de uma forma diferente das demais. Assim, a violência sexual se caracteriza como uma situação extrema, produtora de sofrimento físico e psíquico e, para piorar, somam-se os múltiplos mecanismos de silenciamento de mulheres e crianças que passaram por isso.

6 CONCLUSÃO

Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), os corpos de meninas e de mulheres são os mais violentados sexualmente e apropriados pelo poder, que se constrói principalmente por homens. A sociedade silencia as mulheres e tenta colocá-las em uma posição constante de não proprietárias de seus próprios corpos.

O corpo deveria ser um espaço pessoal, delimitado por uma fronteira entre o eu e o



outro, porém tem sido desrespeitado, apropriado pelo outro. A violência sexual não é a única violência que as mulheres estão submetidas, mas também a física, psicológica e todas as outras relações de poder que são impostas socialmente por esta cultura patriarcal (Campos; Silva, 2020).

É importante destacar que o fim da violência cometida por homens ou mesmo por mulheres, contra outras pessoas, não se resolve de maneira simplória. É importante considerar que são séculos de relações construídas a partir do poder, e nessa hierarquia, aqueles que são socialmente considerados superiores, como homens héteros, brancos, tentam manter essa posição impondo violências.

Contudo, é preciso destacar que a função da Educação é trazer à tona um debate como esse em diferentes ambientes formativos, escolares, acadêmicos e toda sorte de espaços onde se possa promover diálogos a respeito do tema. A sociedade atual é marcada por inúmeros conflitos e situações extremas: tem-se a desigualdade socioeconômica, a exploração de pessoas sobre pessoas, a fome, a miséria, o desemprego, o analfabetismo, além de dilemas a serem enfrentados no que diz respeito às relações entre os seres humanos e a natureza.

Na esteira de todas essas situações a serem enfrentadas, soma-se outro elemento que urge combater: a(s) violência(s) de gênero, o abuso, o assédio, o silenciamento e os múltiplos sofrimentos físicos e psíquicos enfrentados por mulheres e meninas na sociedade ainda calcada em comportamentos machistas. Inclusive, aqui arrisca-se dizer que uma sociedade que não enfrenta esse problema e o elimina de seu cotidiano, não terá grande sucesso em superar as desigualdades econômicas, as agruras da fome e a irracionalidade das guerras. O trabalho não é fácil, mas, também não é impossível.

Em determinado momento, considerou-se a ideia de tratar o corpo como um genuíno território do exercício de poder de uma pessoa sobre si mesma. Aqui, reforça-se aquela ideia, mas, também, apresenta-se um complemento: o corpo deve ser considerado como lugar e como paisagem. O lugar é uma categoria espacial por meio da qual as pessoas dão sentido ao mundo, é uma maneira de tornar conhecido o desconhecido e, com isso, estabelecer laços indelével e pertencimento *no* e *com* o mundo (Carlos, 2007). Diferente



do território, o lugar não é uma manifestação espacial de relações de poder, pois, ele tão somente existe como espaço de alegrias e produção de confiança do eu. A paisagem, por sua vez, é o momento de contemplação estética do espaço (Assunto, 2013; Souza, 2018). Trata-se de uma categoria espacial que deve revelar a beleza das relações sociais e das pessoas com a natureza. Assim, a paisagem nos permite reconhecer o mundo na medida que, por meio dela, projetamos nossos olhares sobre as cidades, as formas espaciais entre sociedade e natureza e os reflexos de nossas ações no mundo.

O par indissociável lugar-paisagem tem um valor político: do meu corpo-território, transcendendo para o meu corpo-lugar e observo o corpo-paisagem dos outros. Esse processo impõe (re)conhecimento de si e das alteridades, de nossas fragilidades e potencialidades. Se uma pessoa não é capaz de reconhecer suas fraquezas e virtudes, será impossível respeitar as fraquezas e virtudes dos outros.

Então, que caminhemos em processos educacionais que conduzam a todos e todas a refletir sobre a condição espacial e política da construção de suas identidades.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

ASSUNTO, R. Paisagem e Estética. In: SERRÃO, A. V. (coord.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 37-50, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6401>. Acesso em: 30 set. 2024.



CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M. **Teu Corpo é Espaço mais teu Possível:** construindo a análise do corpo como espaço geográfico. Revista da ANPEGE, Mato Grosso do Sul, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/10750>. Acesso em: 30 set. 2024.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

COSTA, D. S. F. A. S. **Para Além do Silêncio:** um estudo sobre abuso sexual infantil e resiliência. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, p. 149. 2002.

COULANGES, N-D. F. **A Cidade Antiga.** São Paulo: Montecristo Editora, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HISSA, C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M. **Cidade - corpo.** Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2674>. Acesso em: 30 set. 2024.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e o feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

HOOKS, B. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. **Rev. Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 2, p. 157-162, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/tdq9jV3qsnmwPmM75Z4ttwP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2024.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo.** Vozes: Rio de Janeiro, 2010.

Nasio, J. **Édipo:** o complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002.



PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

RAFFESTIN, Claude. O que é o Território? *In: Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e Território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Produção Acadêmica**, Porto Nacional-TO, n. 2, p. 139-157, 2015. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2002>.

Acesso em: 30 set. 2024.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUZA, R. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. *In: Revista Geografar*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380-393, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/geografar/issue/view/2633>. Acesso em: 30 set. 2024.

Recebido em: 14-03-2024

Aceito em: 08-01-2025

